

Ata nº 2 da Assembleia de Freguesia

União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em Sessão Ordinária, no edifício da sede da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, sita na Rua da Vilarinha, 1090, a Assembleia de Freguesia da UFAFDN, com as seguintes presenças:

Nuno Alexandre Ferreira Cabral de Carvalho, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia

Joana Filipa Antunes Cunha de Miranda, Primeira Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia

Maria Pestana da Luz Pereira Ramos, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia

Andreia Belisa Gomes Júnior de Araújo Lima (Porto Forte)

Domingos Dias Gomes (Porto Forte)

João Luís Rozeira (Porto Forte)

Joaquim Eduardo Brandão Alves (PS)

Luís Socorro (PS)

Manuel Neves de Carvalho (PS)

Paula Maria Gomes Ferreira Santos Araújo (PS)

Vítor Manuel Gonçalves Arcos (PS)

João Miguel Vilaça Teixeira de Barros (CDU)

Carlos Alberto Pereira Dias de Magalhães (Porto, O Nosso Partido)

Hugo Almeida de Azevedo Meireles (Porto, O Nosso Partido)

Margarida Mota (Porto, O Nossa Partido)

Mafalda de Bessa Ferreira Franchini (Porto, O Nossa Partido)

Maria da Conceição da Silva Castro (Porto, O Nossa Partido)

Maria Manuel Janardo Pereira Ferreira Rosa Archer de Carvalho (Porto, O Nossa Partido)

Rui Livramento (Porto, O Nossa Partido)

Período de antes da Ordem do Dia

Ponto Um – Tomada de Posse de novos membros e de membros ausentes na A.F. anterior

Pela bancada do PS tomou posse o Sr. Vítor Arcos, que não esteve presente na primeira A.F., a Sr.^a Dr.^a Paula Maria Gomes Sequeira dos Santos Marújo, em substituição do Dr. Pedro Carlos da Silva Bacelar de Vasconcelos e o Sr. Luís Socorro, em substituição da Sr.^a Dr.^a Ana Luísa Aires Martins.

Pela bancada “Porto Forte” compareceu o Sr. João Luís Rozeira, em substituição do Sr. Francisco Manuel de Castro Magalhães Marques Aguiar.

Pela bancada “Porto, o Nossa Partido” compareceu a Sr.^a Dr.^a Margarida Mota e o Sr. Arq. Rui Livramento, em substituição do Sr. Dr. Filipe Lello Ortigão de Carvalho Guimarães e o Sr. Vasco Eduardo Formigal Mourão, respetivamente.

Ponto Dois – Leitura e Aprovação da Ata de Instalação da Assembleia de Freguesia

Interpelando a mesa, a representante da bancada Porto Forte, Dra. Andreia Lima apresentou uma Moção de congratulação pelo aniversário do cineasta Manoel de Oliveira anexa a esta Ata como Doc. 1.

Sujeita a votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se a leitura da Ata de Instalação da Assembleia de Freguesia – anexa a esta Ata como Doc. 2 - a qual foi aprovada com dezasseis votos a favor, três abstenções e zero votos contra.

Ponto Três – Leitura, Aprovação e Assinatura da Ata n.º 1 da Assembleia de Freguesia (Doc. 3)

Sujeita a votação, a Ata foi aprovada com quinze votos a favor, quatro abstenções e zero votos contra, tendo ficado justificado o número de abstenções pelos respetivos membros pelo facto de não terem estado presentes na primeira Sessão.

Período da Ordem do Dia

Com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um – Aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia

Pedi a palavra o Porta-Voz da bancada “Porto, o Nosso Partido” Dr.Hugo Meireles, explicando que a proposta de Regimento teve como base os já existentes, não havendo alterações significativas.

Neste seguimento, o Sr. Manuel Neves de Carvalho indagou sobre o facto de o anterior deputado estar a falar do Regimento em vez do Presidente da Mesa da Assembleia, tendo este membro da A.F. respondido que se voluntariou para auxiliar a Mesa nesta tarefa.

De seguida, interveio o representante da CDU, Sr. João Barros, mostrando a sua indignação por não ter havido um grupo de trabalho para discussão da proposta antes de ser apresentada, tendo ainda referido a insuficiência do período estabelecido de trinta minutos relativamente à discussão da Ordem de Trabalhos e proposto a inclusão, no período de intervenção do Público, a possibilidade de as instituições poderem intervir antes da Ordem do Dia.

Pela bancada “Porto Forte”, interveio a Dra. Andreia Lima, referindo que, de acordo com a tradição democrática, o Regimento deveria ser elaborado por todas as forças políticas, sugerindo a criação de uma comissão; para além disso, considerou os trinta minutos discutidos razoáveis, no entanto afirmou que não se insere neste período a leitura e votação das atas, dado que faz parte do expediente. Afirmou ainda que as moções e propostas deviam ter prazo para serem entregues e o público devia falar antes.

Pela bancada do PS, o Sr. Vítor Arcos sugeriu duas alterações, entregando um documento que se junta em anexo como Doc. 4.

O Dr. Hugo Meireles afirmou não ser legítimo a imposição de prazos, já que as propostas têm de ser permitidas no decurso da Assembleia.

De seguida, interveio o Sr. Luís Socorro elogiando a proposta de participação das instituições no período de antes da ordem do dia.

O Presidente da Mesa, Dr. Nuno Carvalho, tomou a palavra referindo que depois de uma reunião informal na qual se tinha abordado o assunto tinha ficado com a ideia que o Sr. João Barros preferia que primeiro se apresentasse uma proposta regimento de forma pública e oficial, formando-se posteriormente uma comissão com representação de todas as bancadas para trabalhar uma versão definitiva.

Interveio o Sr. João Luís Rozeira referindo que o regimento estava adequado, não obstante a necessidade de impor um prazo de entrega de documentos para que a secretaria pudesse trabalhar. Sugeriu ainda a criação de um grupo de trabalho para agilizar o processo.

Ficou assim acordado por todos os membros da Assembleia a criação de um grupo de trabalho.

Ponto Dois – Apreciação e Votação do Orçamento do Quarto Trimestre de dois mil e treze (Doc. 5)

Pidiu a palavra o Presidente da União de Freguesias, Dr. Nuno Ortigão, saudando os membros da Assembleia e o Público presente e reiterando a ideia de que o orçamento é uma fusão dos já existentes.

O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Tesoureiro, Dr. André Machado Vaz, que afirmou que o documento referente ao quarto trimestre era invulgar por se tratar da discussão de um período já passado, mas que tal decorria de uma nova entidade poder estar órfã de orçamento. Acrescentou ainda que foi um exercício meramente técnico, sem ter plasmada nenhuma ação política e que pretendia apenas a homogeneização do plano de contas das três Freguesias.

Interveio Sr. Manuel Neves de Carvalho referindo que não fazia sentido aprovar um documento do passado, devendo assumir-se que a nova freguesia albergará os orçamentos das três agregadas, não fazendo sentido por isso esta proposta de aprovação, tal como consta do documento Doc. 6.

Em defesa de honra, pediu a palavra o Tesoureiro, alegando que o referido documento era uma mera prudência e apenas foi incluído pelo facto de haver uma nova entidade, sustentando que tal decorre de uma imposição legal.

Interveio, pela bancada “Porto Forte”, a Dra. Andreia Lima, dizendo que percebia a lógica do documento, mas não tal como foi apresentado, visto que a lei obriga o executivo a apresentar um documento trimestral de caráter obrigatório, que forneça informação aos membros da Assembleia de Freguesia.

Pidiu a palavra o Sr. João Barros, subscrevendo a opinião do PS, dizendo que não conseguia perceber a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos e, por conseguinte, votaria contra.

Interveio o Presidente da União, dizendo que, primeiramente, existiam dúvidas quanto a este documento socorridas pelo Tribunal de Contas e Lei Autárquica e que a sua bancada não considerou desnecessário este documento, daí a necessidade da sua apresentação e apreciação.

Interveio também o Sr. Luís Socorro dizendo que o relatório trimestral é obrigatório e que o documento, em vez de ser sujeito a aprovação, deveria ser retificado.

Intercedeu o Tesoureiro referindo que a lei 81/2013 tem uma nota interpretativa quanto ao processo de transição, aprovando novos instrumentos e, portanto, a legitimidade do documento é assim salvaguardada.

O Sr. Manuel Carvalho considerou que aquela lei não faz sentido, reafirmando a sua opinião.

Pedi a palavra o Dr. Hugo Meireles dizendo que o documento tinha toda a razão de ser, dada a nova realidade – a União de Freguesias - que exige um documento diferente e, como tal, o documento deveria ser de facto sujeito a debate e votação.

Interveio o Sr. João Luís Rozeira dizendo que apenas deveria ser feita uma retificação, manifestando a sua indignação pela insensatez do legislador naquele caso em concreto e em muitos outros.

Intercedeu em nome da bancada “Porto Forte”, Dr.ª Andreia Lima, dizendo que o documento apresentado parecia ser o indicado pela lei, não obstante o facto de estar em falta o relatório trimestral de caráter obrigatório.

Submetido a votação, o Orçamento do Quarto Trimestre de 2013 foi aprovado com seis votos contra, três abstenções e dez a favor.

Ponto Três – Apreciação e Votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 (Doc. 7)

Pedi a palavra o Presidente da União referindo que o documento apresentado foi baseado nos três pilares do movimento “Porto, o Nosso Partido”. Mais afirmou que, para tal execução, teve o cuidado de falar com as instituições da união e conversar informalmente com as bancadas. Referiu ainda que tiveram uma especial atenção quanto à reorganização e à formação – relativamente a este ponto referiu que acredita que não há

gente a mais, que as pessoas devem ser aproveitadas por aquilo que fazem e que quando se diz que há gente a mais, é porque há liderança a menos. Referiu ainda que se preocuparam em ver o balanço entre os custos e receitas operacionais e adiantou que a delegação de competências não está ainda definida. Disse ainda que têm um problema que advém do facto de não terem conhecimento acerca do valor do capital que lhes será concedido pela Câmara.

Interveio a Dra. Andreia Lima referindo que a bancada “Porto Forte” terá uma atitude construtiva. Pediu ainda esclarecimento quanto às transferências correntes, o assunto dos sanitários e dos subsídios das famílias. Revelou ainda uma crítica do PSD constante naquela Assembleia de Freguesia – o facto de não se saber o que se prevê gastar com a verba relativa a áreas prioritárias. Falou ainda do regulamento de taxas, que é necessário uniformizar e prever quebras da receita. Sugeriu a utilização de cronogramas para melhor compreensão dos valores em discussão.

Intercedeu o Sr. Luís Socorro dizendo que este documento apenas fornecia indicações gerais e mesmo assim demasiado ambiciosas. Referiu ainda que esperava ver grupos de atividades, que não havia alusão a atividades que são tradição nem a visão de desporto associativo. Relativamente ao apoio a coletividades desportivas, disse que não havia erro maior do que ter como critério a obtenção de resultados desportivos. Para além disso, disse que a Junta devia apenas apoiar os parques infantis, não podendo os equipamentos serem feitos por razões políticas.

Interveio o Sr. João Barros dizendo que o plano era vago, não estando bem definido o que se faria para 2014. Afirmou estar a impedir os fregueses de tratar dos seus problemas ao fechar ao público o edifício de Nevogilde. Fez ainda referência às taxas, seguros e à importância das conversações com o movimento associativo. Referiu que a festa de São Silvestre não foi apoiada e queria saber o motivo. Disse ter dúvidas quanto às verbas referidas pela Sr.^a. Dr.^a Andreia Lima.

Pedi a palavra o Sr. João Luís Rozeira dando os parabéns ao Presidente da União, pelo facto de estarem pessoas de pé a assistir à Assembleia.

Interveio o Sr. Vítor Arcos perguntando onde estava contemplada a verba referente ao fundo de emergência social, sugerindo juntar aos documentos quadros e gráficos para uma leitura mais rápida.

Interveio o Dr. Domingos Gomes parabenizando o Presidente da Junta pela vitória que considera justa. Disse nada ter contra o subsídio para as coletividades e que o primeiro dinheiro devia ser para os exames médico-desportivos. Referiu ainda que o aumento de dois terços das lesões desportivas dos jovens no futebol têm que ver com a ambição desmedida pelos resultados desportivos, muitas vezes promovida pelos pais.

Tomou a palavra o Sr. Luís Socorro afirmado que concordava com o Dr. Domingos Gomes, dizendo que devia ter-se como critério para o apoio a evolução dos atletas, mas nunca a vitória ou derrota.

Interveio o Tesoureiro dizendo que o orçamento não era mais do que os somatórios de cada junta quanto às transferências correntes, exceto alguns ajustes, reconhecendo a necessidade de haver um orçamento retificativo. No que diz respeito às taxas, inferiu que o critério tem sido utilizar as mais baixas possível, sendo o novo regulamento uma questão melindrosa. Disse que o Fundo de Coesão Social não estava contemplado, pois ia ser definido junto à Câmara, dizendo tratar-se de um orçamento meramente técnico.

Intercedeu o Presidente da União dizendo que se equacionava todo o tipo de intervenção e que não havia previsão de fecho de algum edifício, embora a de Foz do Douro não tivesse condições para o atendimento do ponto de vista legal.

O Sr. João Barros interrompeu, lendo o documento que dizia expressamente que Nevogilde fecharia.

O Presidente pediu desculpa e disse que, apesar do erro no documento, não há previsão de fecho. Relativamente à iniciativa de São

Silvestre, disse que não fazia sentido ser responsabilizada por apenas um colaborador e defendeu o apoio ao associativismo e ao serviço público. Esclareceu que as festas de São Bartolomeu e São João estavam presentes no documento e até já tinha data marcada. No que concerne ao apoio desportivo, referiu que se estudará com as instituições a melhor forma de apoio e que a questão de obtenção de resultados não era um fator de decisão no apoio, mas sim a evolução. Disse que a intervenção nos parques infantis será feita junto de Associações de Moradores. Finalmente, agradeceu as palavras do PSD.

Sujeito a votação, o Orçamento foi aprovado com zero votos contra, nove abstenções e dez votos a favor.

Ponto Quatro – Proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais (Doc. 8)

Pediu palavra o Tesoureiro que introduziu o tema, dizendo que se tratava de uma autorização genérica para agilizar decisões que se poderiam vir a tomar e que ainda não estavam em condições de prever em concreto.

Intercedeu o Sr. João Luís Rozeira dizendo que o resultado da proposta poderia vir a desvirtuar o papel da Assembleia no debate ou pelo menos corria o risco de passar essa imagem.

Interveio a Dr.^ª Andreia Lima questionando a razão deste pedido de autorização, afirmando que os contratos plurianuais tinham de ser conhecidos, de modo a poder reconhecer-se esta autorização.

Intercedeu, então o Tesoureiro afirmando que apenas se pretendia que o Executivo não fosse impedido de celebrar protocolos de delegação de competências.

Interveio a Sr.^ª Dr.^ª Andreia Lima referindo que, neste domínio, a Câmara dará tempo para discutir estes contratos.

Interveio o Sr. João Luís Rozeira afirmando que já era reconhecida no Presidente a autonomia para assinar protocolos com a Câmara e retificá-los posteriormente.

Submetida a votação, a autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais foi aprovada com nove votos contra, zero abstenções e dez votos a favor.

Ponto Cinco – Proposta de alteração do horário de funcionamento da Secretaria da UFAFDN (Doc. 9)

Pedi a palavra a Dr.^ª Ana Furtado expondo o horário a aprovar, afirmando que se trata de uma horário contínuo sem encerramento à hora do almoço que prevê que os pólos se possam fechar às 18 horas e que vai de encontro ao mais vantajoso para os funcionários.

Sujeita a aprovação, a proposta de alteração do horário de funcionamento da secretaria da UFAFDN foi aprovada por unanimidade.

Ponto Seis – Assuntos de interesse para a Freguesia

Pedi a palavra o Sr. João Barros, lembrando a privatização dos CTT e, neste domínio, sugeriu a revisão do contrato do balcão dos CTT em Aldoar, devido à nova realidade que se impõe.

Intercedeu a Sr.^ª Dr.^ª Andreia Lima que, em relação à temática das atividades propostas, como as festas de São Bartolomeu e São Martinho, fez o apelo ao Executivo para que se tentasse que as outras freguesias participassem nas festas entre si, de modo a fomentar o espírito da União.

Tomou a palavra o Sr. Manuel Neves de Carvalho fazendo referência à casa de banho no Bairro dos Pescadores, que ainda não foi aberta desde a sua construção.

Interveio o Sr. Luís Socorro questionando sobre o futuro do salão Acácio Gomes, afirmando que o 25 de Abril deve ser uma comemoração.

Tomou a palavra o Presidente da União referindo que não se planejava mudar o nome do salão, que se pretendia dar dignidade histórica ao espaço, revelando a intenção de criar uma galeria com as fotografias dos Presidentes que tinham passado pela casa.

Interveio o Sr. João Luís Rozeira dizendo que se deveria comprar uma mesa, para o Executivo ter um lugar digno na Assembleia.

Período Depois da Ordem do Dia

Tomou a palavra o Sr. Álvaro Fragata, falando do terreno que pertence ao Instituto Nacional de Sangue que, não sendo cuidado, deixa a Freguesia com mau aspeto.

Interveio a Sr.ª D. Francisca Matos sugerindo, para a otimização da Assembleia, a participação do Público no início da mesma, o envio prévio das atas e a disponibilização em suporte informático dos documentos que irão ser objetos de discussão na Assembleia ou o uso da ferramenta *PowerPoint*, no decurso da mesma.

Tomou a palavra a Sr.ª D. Esmeralda Mateus invocando as ordens de despejo – disse que as pessoas pagam, mas são despejadas na mesma. Acrescentou ainda que a Junta, no Natal, não fez pinheiro nem presépio nem deu brinquedos às crianças de Aldoar. Referiu ainda a urgência de se falar com a empresa Águas do Porto para que as crianças tivessem água, que estava cortada por falta de pagamento.

Em defesa de honra, a Dr.ª Ana Furtado interveio, desmentindo o que foi dito quanto aos cabazes de Natal, explicando que estes foram distribuídos equitativamente na União.

Tomou a palavra a Sr.ª D. Conceição Arcos dizendo que, no Dia dos Fiéis, apenas meia dúzia de pessoas puderam assistir à Missa, pois as colunas não foram ligadas.

A Dr.ª Fabiana Martins, em defesa de honra, explicou que todo o procedimento foi feito para que as colunas funcionassem.

Tomou a palavra o Sr. Pedro Pereira, Presidente do Clube de Atletismo da Foz que indagou sobre a carta que recebeu da União de Freguesias, que informa que não mais poderia continuar a apoiar iniciativa do clube que preside. Falou da história do Clube, da sua prática, divulgação e promoção, dizendo que todas estas são funções de uma

coletividade e não de uma empresa. Perguntou qual seria o futuro das coletividades, disse também que o desporto escolar é função do Ministério da Educação e que o papel de uma coletividade é demasiado importante na Freguesia.

Tomou a palavra a Sr.^a D. Raquel Santos referindo que trabalhou nas Mesas de voto e ainda não tinha recebido o pagamento. Acrescentou que o público deveria falar no período Antes da Ordem do Dia.

Interveio o Tesoureiro, em defesa de honra, esclarecendo que o processo foi mais difícil, dada a transição, mas que já tinham sido dadas instruções para o pagamento.

Tomou a palavra a Sr.^a D. Maria José Arcos referindo que as crianças e idosos estavam habituadas a um mimo no Natal e que naquele ano nada tinham recebido. Mais afirmou que, este ano, São Martinho tinha sido apenas o que a paróquia fez.

Interveio o Presidente da União das Freguesias dizendo que reuniu com várias instituições para lhe indicarem exatamente as pessoas carenciadas, mas nada chegou ao Executivo. Disse ainda que as crianças foram ver um musical, em vez de receberem um presente.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida em voz alta e aprovada por unanimidade, vai ser assinada pelos presentes: